



Nº 64 - SETEMBRO/OUTUBRO DE 2025

REVISTA

RECONEXÃO PERIFÉRIAS



FOTO: PAULO PINTO/AGÊNCIA BRASIL

Ocupar as ruas por mais democracia e com novos atores

Criação de empregos
com direitos sociais e
previdenciários

Trabalho, meio ambiente
e valorização das
experiências periféricas



CONFIRA A SEÇÃO **OPORTUNIDADES**

Ocupar as ruas por mais democracia e com novos atores



FOTO: FERNANDO FRAZÃO/AGÊNCIA BRASIL

A edição setembro-outubro da revista Reconexão Periferias traz o artigo **Ocupar as ruas por mais democracia e com novos atores**, do sociólogo Paulo César Ramos, no qual faz uma reflexão sobre acontecimentos mais recentes em que as forças democráticas insurgiram: os atos de 21 de setembro, o julgamento e a conde-

nação de Jair Bolsonaro, assim como a formação e a vitória da chapa Lula-Alckmin para a Presidência da República em 2022.

Já no texto **Trabalho, meio ambiente e território conectados em ações nas periferias**, Artur Henrique da Silva, Paulo César Ramos e Darlene Testa, todos da equipe da Reconexão Periferias,

falam sobre novos territórios de resistência à degradação ambiental. “Experiências de hortas comunitárias, reciclagem, cooperativas de catadores, economia criativa e movimentos culturais periféricos mostram que é possível articular geração de renda com preservação ambiental e inclusão social”.

PROJETO RECONEXÃO PERIFERIAS ■ CONSULTOR RESPONSÁVEL ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ COORDENADOR DO PROJETO PAULO CÉSAR RAMOS ■ EQUIPE RUAN BERNARDO, DANILO MORAIS, DARLENE TESTA E BARBARA MARTINS ALVES DOS SANTOS ■ EDIÇÃO E REVISÃO ROSE SILVA ■ PRODUÇÃO EDITORIAL CAMILA ROMA ■ PROJETO GRÁFICO CACO BISOL ■ DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO PAULO OKAMOTTO (PRESIDENTE), BRENNO ALMEIDA (VICE-PRESIDENTE), DIRETORES: ALBERTO CANTALICE, ALEXANDRE MACEDO DE OLIVEIRA, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, ELEN COUTINHO, JORGE BITTAR, MONICA VALENTE, NAIARA TORRES E VALTER POMAR.

Impostos, mitos e movimentos sociais no Brasil

é o tema do artigo assinado por Monika Dowbor, Frederico Salmi, Henrique Aragusuku e Helena Costa da Trindade, no qual defendem que esses temas não são exclusivos de economistas. “Você, cidadã e cidadão comum, pode e deve falar sobre tudo isso. Devemos falar sobre como o Estado brasileiro é financiado por meio de impostos”.

Na seção *Entrevista*, o vice-presidente da Associação Brasileira de Saúde Mental Leonardo Pinho indica a criação de empregos com direitos sociais e previdenciários como principal desafios do novo mundo do trabalho, onde nos setores de tecnologia de ponta a contratação ainda se dá em modelos de superexploração anteriores à década de 1940. “O impacto das péssimas condições de trabalho são hoje, no Brasil, o principal motivo de afastamento.”

O perfil do Grupo Autônomo de Mulheres de Pelotas é apresentado nesta edição, com a trajetória da

Ong que surgiu em 1992 e se tornou a principal e mais atuante organização feminista local. Criado a partir da necessidade de um movimento autônomo que ampliasse a visibilidade das demandas das mulheres de Pelotas (RS), consolidou-se como uma referência na luta por direitos e contra todas as formas de violência de gênero.

A revista traz um registro da a roda de conversa “Transição Ecológica, trabalho, meio ambiente e participação social nas periferias”, que reuniu integrantes do governo federal, organizações da sociedade civil e técnicos com o objetivo de debater conceitos, práticas e políticas públicas em torno desses temas para posicionar a atuação dos dirigentes petistas. O resultado do debate será publicado em um caderno que dará subsídios para o desenvolvimento de ações e políticas voltadas à periferias.

E também publica um texto sobre o evento realizado a partir da pesquisa Continuidades

e descontinuidades do associativismo periférico: o que a Fundação Perseu Abramo tem dizer. Realizado pela Reconexão Periferias, área da Fundação Perseu Abramo, o estudo foi elaborado por Victoria Lustosa Braga, Ruan Bernardo de Brito e Paulo César Ramos, que apresentaram na ocasião uma síntese dos achados da pesquisa, contando com as contribuições da debatedora convidada Ana Claudia Chaves Teixeira – professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Unicamp e pesquisadora do INCT Participa –, bem como de organizações de periferias.

A seção de arte apresenta Cida Aripória, uma ativista feminista e socioambiental. Primeira rapper indígena do Amazonas, produtora cultural e audiovisual, vive a cultura Hip-Hop há 22 anos e coordena o coletivo OcupaMinart AM.

A revista traz ainda a seção *Oportunidades*.

Ocupar as ruas por mais democracia e com novos atores

PAULO CÉSAR RAMOS

PAULO CÉSAR RAMOS É DOUTOR EM SOCIOLOGIA PELA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO E PRESIDENTE DO PT DE INDAIATUBA



FOTO: KRISKA CARVALHO

... mas renova-se a esperança/ nova aurora a cada dia/ e há que se cuidar do broto/ pra que a vida nos dê flor e fruto. – F. Brant, M. Nascimento

Maria da Conceição Tavares deixou-se gravar em uma aula dizendo que o Brasil tentou fazer em poucas décadas o que os países europeus levaram séculos para fazer. Só não teve tempo suficiente para avaliar em

quanto tempo nós conseguimos — ou não — construir uma democracia sólida legítima.

Faço essa reflexão motivado pelos acontecimentos mais recentes em que as forças democráticas

insurgiram: os atos de 21 de setembro, o julgamento e a condenação de Jair Bolsonaro e sua gangue, assim como a formação e a vitória da chapa Lula-Alckmin para a Presidência da República em 2022.

Apesar de recentes, quando olhados em perspectiva histórica, tais fatos remontam ao processo que começou com o fim da ditadura militar, que colocava atores dos grupos políticos de Lula e de Geraldo Alckmin em aliança contra os militares. Brincando, eu costumava dizer que a chapa de 2022 parecia um comício das Diretas Já, em que se reuniam políticos de variadas agremiações partidárias em defesa da democracia e contra o regime dos generais.

A mesma semelhança notei na noite de 21 de setembro, quando, surpreso e encantado, acompanhei o show de grandes nomes da MPB no palco do ato contra a anistia no Rio de Janeiro. Em voz alta e comigo mesmo, brinquei: quando entra o Milton Nascimento cantando

Coração de Estudante?

Para os menos informados, *Coração de Estudante* foi uma das canções que embalaram os protestos da campanha pelas eleições diretas para presidente no Brasil em 1984.

Talvez essas associações livres façam sentido se estivermos, pela primeira vez, vivenciando um processo de democratização realmente longo. Mesmo após 37 anos de Constituição Cidadã e 40 anos sem governos militares, teremos a oportunidade de virar a página?

A suspensão do pacto democrático que, em 2016, golpeou Dilma Rousseff e depois colocou, em 2018, Jair Bolsonaro no cargo de presidente da nação, parece ter oportunizado que as instituições finalmente levassem generais golpistas da laia de 1964 a serem processados, julgados,

condenados e presos. Feliz da geração que, mesmo tardiamente, sofreu, resistiu e ainda pode cantar as velhas canções que embalaram a resistência de antes e de agora.

Democracia nunca pode ser estanque e precisa de novos atores. Entre descontinuidades e reconfigurações das forças políticas que atuaram no fim da ditadura militar, vimos o vigor das esquerdas em partidos que se preservaram, como PT, PDT, PCdoB e PSOL, bem como movimentos como a CUT, UNE, MNU e MST. Com o povo na rua, renova-se a esperança. E a tarefa do PT, como partido de esquerda, é fortalecer as reivindicações por direitos que vêm das periferias, das camadas excluídas, mas mobilizadas por um novo ciclo de democratização. ■

Impostos, mitos e movimentos sociais no Brasil

MONIKA DOWBOR, FREDERICO SALMI, HENRIQUE ARAGUSUKU E HELENA COSTA DA TRINDADE



FOTO: LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL

Hoje vamos falar de impostos, taxaço, tributos, política fiscal e sistema tributário. São temas que parecem complexos, mas não são. Esses temas não são exclusivos de economistas. Você, cidadã e cidadão comum, pode e deve falar sobre tudo isso. Devemos falar sobre como o Estado brasileiro é financiado por meio de impostos.

Os impostos parecem distantes, mas estão no seu dia a dia. Eles financiam o SUS, a

UBS da sua comunidade, as escolas, o asfalto, o sistema de água e esgoto no seu bairro. E tudo isso

custa. São os impostos e as políticas públicas do Estado que garantem que esses serviços básicos sejam gratuitos.

Então, você já deve ter ouvido a frase "brasileiros pagam muitos impostos" ou "o Brasil é o país com os maiores impostos do planeta". Afinal, isso é verdade? Qual é o problema com os impostos no Brasil? É preciso desmontar esses mitos. Vamos falar de dois deles.

O primeiro mito é que "Os brasileiros pagam muitos impostos". Esta narrativa é contada há séculos e é um dos mitos que habitam o imaginário dos brasileiros. Primeiro que não existem "os brasileiros". Do ponto de vista dos impostos, os cidadãos são classificados economicamente. No Brasil, tem os extremamente pobres e os pobres (classe baixa), a classe média (baixa, média e alta), os ricos e os super-ricos (classe alta).

No Brasil, quem paga mais impostos são justamente a classe baixa e a classe média. Mas a maior carga de impostos está sobre a classe mais baixa. Porque os mais pobres têm poucos bens e, quando têm, são taxados (por exemplo, moto ou casa), e boa parte dos seus rendimentos (salário) vai direto para consumo. E os produtos de consumo são taxados em média em 45%. Ou seja, as classes baixa e média pagam imposto sobre seus salários e praticamente tudo que consomem no mês.

Enquanto isso, a classe alta é tributada minimamente em seus rendimentos, pois sua renda não advém do salário, mas sim de lucros e dividendos de suas empresas e outros investimentos, ambos isentos de impostos no Brasil. Os bens dos super-ricos também são isentos ou minimamente taxados, como heranças, imóveis rurais, aviões e barcos.

O segundo mito é "O Brasil tem a maior carga tributária do mundo". Esta narrativa também é outro grande mito. No Brasil, a carga de tributos é menor do que nos países mais ricos do mundo e considerados "desenvolvidos economicamente", como os países europeus, os Estados Unidos e alguns países asiáticos (como o Japão). Em países como Noruega e França, a alta carga tributária é acompanhada por serviços públicos de excelência.

Essas desigualdades em relação a quem e quanto paga de impostos no Brasil são reforçadas por

esses dois mitos, e muitos outros, que circulam na sociedade. Isso é o que pode ser chamado de injustiça tributária brasileira.

Mas afinal, o que pode ser feito para mudar o nosso sistema tributário? Como podemos enfrentar essas injustiças e desigualdades? Como fazer os super-ricos pagarem mais e os pobres menos? Quais produtos devem ser taxados e quais devem ser isentos?

Podemos começar a desmontar esses mitos em duas frentes. A primeira é saber quem são os super-ricos. A segunda é entender qual o papel dos movimentos e organizações da sociedade civil para reduzir esse tipo de injustiça brasileira.

Sobre os super-ricos. De acordo com a campanha do "Plebiscito Popular: Por um Brasil Justo e Soberano", uma iniciativa de diversos movimentos sociais brasileiros, os super-ricos são aqueles indivíduos que ganham 50 mil reais ou mais por mês. Super-ricos também são chamados de milioná-

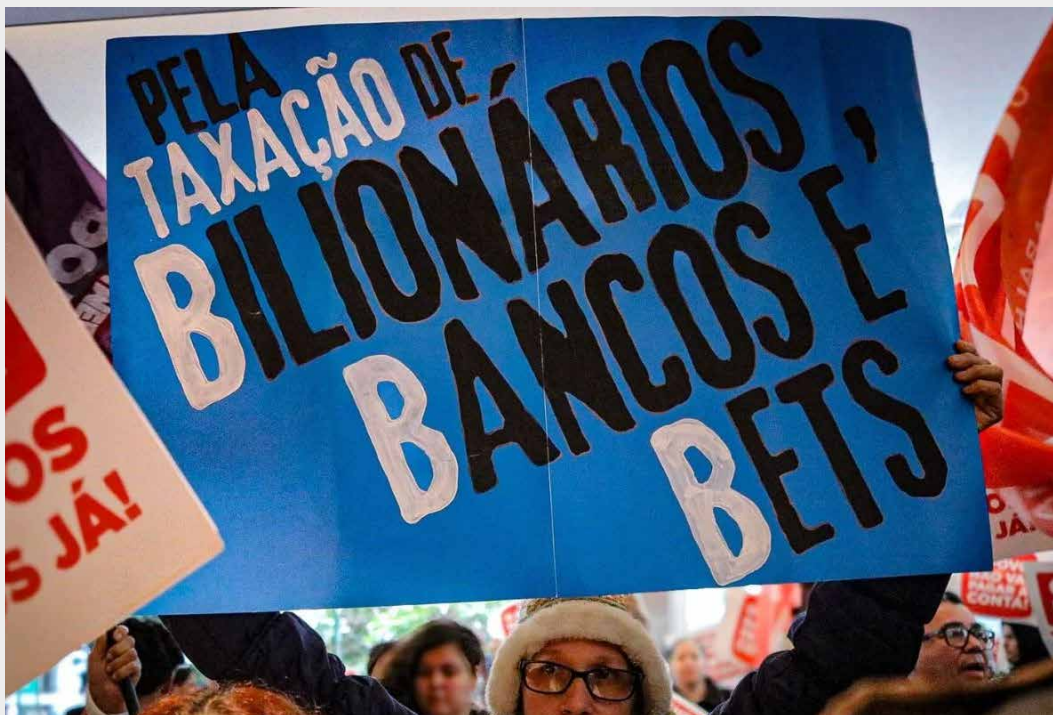


FOTO: REPRODUÇÃO MTST

rios, bilionários, ultrarricos e tantos outros nomes. Para se ter uma ideia melhor, no Brasil, existem 56 bilionários, 15.366 pessoas que ganham mais de 600 mil reais por mês¹. De acordo com a Receita Federal, os super-ricos pagam em média 2% de imposto de renda. Isso mesmo, dois por cento ao ano. Lembre-se de que os salários dos trabalhadores podem ser taxados em até 27,5% ao ano. O fato é que, no Brasil, os super-ricos pagam muito pouco imposto.

E o papel dos movimentos e organizações da sociedade civil? No Brasil, essas organizações são compostas por cidadãos (trabalhadoras, estudantes, moradores de bairros, lideranças comunitárias) que se organizam para defender direitos básicos, pressionar seus vereadores e deputados. Os movimentos ajudam a desconstruir esses mitos sobre os impostos no Brasil. É necessário se movimentar juntos.

Então, como participar

desses movimentos e organizações? Este ano foi iniciada uma campanha para taxar os super-ricos, isentar do imposto de renda quem ganha até 5 mil reais, entre outras pautas: “Plebiscito Popular 2025” que reúne mais de 170 organizações como a Frente Brasil Popular e Povo Sem Medo. Qualquer cidadão pode participar por meio de urnas físicas ou digitais². O objetivo é pressionar seu deputado e senador. A pressão é para mudar as formas de tributar, quem

1. Ver artigo “Movimentos sociais e injustiça tributária no Brasil” em <https://pp.nexojournal.com.br/opiniao/2025/06/27/movimentos-sociais-e-injustica-tributaria-no-brasil>

2. Conheça as formas de participar do Plebiscito Popular <https://plebiscitopopular.org.br/>

tributar, o que tributar, para onde destinar os impostos coletados.

Em uma recente pesquisa “Movimentos sociais e justiça tributária: o nexo negligenciado”, foi identificado que alguns mitos começam a ser desconstruídos e ações já estão emergindo, mas exigem muita coordenação dos

cidadãos. Para se ter uma ideia, a taxação de “grandes fortunas” está prevista na Constituição Federal de 1988, mas nunca foi regulamentada. Alguns movimentos sociais sabem disto. Sem uma arrecadação de impostos mais justa, é impossível financiar políticas públicas que promovam di-

reitos básicos e reduzam desigualdades históricas.

Por fim, falar de impostos, taxação, tributos, política fiscal e sistema tributário é crucial, urgente e necessário para toda cidadã e todo cidadão viver de modo mais justo e igualitário no Brasil. ■

MONIKA DOWBOR É PROFESSORA NO DEPARTAMENTO DE SAÚDE COLETIVA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS), PESQUISADORA DO CEBRAP (CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO), COORDENADORA DO NDAC (NÚCLEO DE DEMOCRACIA E AÇÃO COLETIVA) E MEMBRO DO COMITÊ GESTOR DO INCT PARTICIPA. COORDENADA A PESQUISA “MOVIMENTOS SOCIAIS E JUSTIÇA TRIBUTÁRIA: O NEXO NEGLIGENCIADO”.

FREDERICO SALMI É PESQUISADOR NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO SOCIOLOGIA DA UFRGS, NOS GRUPOS DE PESQUISAS TEMAS (TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE) DA UFRGS E CSSN (CLIMATE SOCIAL SCIENCE NETWORK) DA BROWN UNIVERSITY, E MEMBRO DO INCT PARTICIPA.

HENRIQUE ARAGUSUKU É PESQUISADOR DE PÓS-DOUTORADO NO INCT PARTICIPA E MEMBRO DO NDAC (NÚCLEO DE DEMOCRACIA E AÇÃO COLETIVA) DO CEBRAP (CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO).

HELENA COSTA DA TRINDADE É GRADUANDA EM CIÊNCIAS SOCIAIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL) E MEMBRO DO INCT PARTICIPA.

AGRADECIMENTO: OS AUTORES, COMO MEMBROS INCT PARTICIPA (PROCESSO: 406630/2022-4, INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, CNPQ), SÃO RESPONSÁVEIS PELAS ANÁLISES E CONCLUSÕES EXPRESSAS E NÃO NECESSARIAMENTE REFLETEM A VISÃO CNPQ, A QUEM AGRADECEM.

Trabalho, meio ambiente e território conectados em ações nas periferias

ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS, PAULO CÉSAR RAMOS E DARLENE TESTA

ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS É SOCIOLOGO, EX-PRESIDENTE DA CUT E CONSULTOR DO RECONEXÃO PERIFÉRIAS

PAULO CÉSAR RAMOS É SOCIOLOGO, COORDENADOR DA RECONEXÃO PERIFÉRIAS E ELEITO PRESIDENTE DO PT INDAIATUBA.

DARLENE TESTA É GEÓGRAFA, COORDENADORA DO SETORIAL DE ENERGIA PT-SP E DO EIXO TRABALHO DA RECONEXÃO PERIFÉRIAS.



FOTO: ROVENA ROSA/AGÊNCIA BRASIL

O mundo do trabalho passa por transformações profundas. Globalização, revolução tecnológica, mudanças climáticas e desigualdades sociais formam um cenário complexo no qual se definem as oportunidades e os desafios para os trabalhadores, sobretudo aqueles que vivem nas periferias.

Os impactos da digitalização e das novas tecnologias como robotização, inteligência artificial, biotecnologia e nanotecnologia, as reestruturações produtivas e revoluções industriais que conectam máquinas, sistemas e ativos, por meio de fábricas inteligentes, sistemas cibernético-fisi-

cos que se comunicam, cooperam entre si e entre os humanos em tempo real possibilitaram o surgimento de novas categorias profissionais e uma diversificação da classe trabalhadora. Ainda assim, esta carga em seu âmago as contradições do capital: intensificação da precarização, marca-

da pela informalidade e pela ausência de direitos trabalhistas.

Se, por um lado, abrem-se novas possibilidades de trabalho remoto, empreendedorismo digital e economia criativa, por outro há uma ampliação da insegurança e as formas precárias de

ocupação geram novas doenças (stress, ansiedade, etc.) que interferem na vida profissional, pessoal e familiar; o teletrabalho, home office, o conta própria estimulam o individualismo e a competição, criando novos e ainda desconhecidos comportamentos de isolamento.

Toda essa complexa cadeia de situações levou ao acirramento da competitividade e da concorrência, com meritocracia e individualismo apresentados como valores universais e hegemônicos e um aumento da negação da política como espaço de participação e direitos.

As periferias, especialmente as urbanas, são particularmente afetadas por esse cenário. Muitas vezes, trabalhadores dessas regiões encontram no trabalho por aplicativos e por conta própria sua principal fonte de renda, o que os coloca em situações de vulnerabilidade. Nesse sentido, pensar o futuro do trabalho implica discutir também mecanismos de proteção social e de inclusão produtiva que

reduzam desigualdades e a relação dessas comunidades com o meio ambiente e com a qualidade de vida.

Trabalho e Meio Ambiente: uma relação de interdependência

A relação entre mundo do trabalho e meio ambiente é marcada por tensões históricas. Por muito tempo, o desenvolvimento econômico priorizou a exploração de recursos naturais e a expansão industrial sem considerar os impactos ambientais. No entanto, as mudanças climáticas e a crise ecológica global evidenciam que não há futuro do trabalho sem sustentabilidade.

Empregos ligados à economia verde – como energias renováveis, gestão de resíduos, agricultura sustentável e mobilidade urbana limpa – apontam para uma reconfiguração produtiva. Mas essa transição não é neutra: exige políticas públicas que garantam que trabalhadores das periferias não sejam excluídos dos benefícios de uma economia de baixo carbono. Por isso, adjetivamos a

transição como justa, onde a mudança de uma economia extrativista para uma economia regenerativa, promove um processo justo e equitativo, garantindo que ninguém seja deixado para trás e que os benefícios da transição ecológica sejam otimizados; isso exige também a construção de estratégias nacionais e regionais para uma economia sustentável e a garantia de empregos dignos, com a identificação das pessoas mais afetadas pela transição, e foco especial em jovens e reintegração de trabalhadores e trabalhadoras. Ao mesmo tempo, a transição justa também tem como tarefa impulsionar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) de forma sistêmica.

Nesse sentido, os movimentos de trabalhadores e nossa ação no Eixo Trabalho do Reconexão Periferias se pauta pela concepção de que é necessário a centralidade do trabalho num novo projeto de desenvolvimento sustentável e solidário, como elemento estruturante da vida em sociedade, que tenha

como objetivo e compromisso a eliminação das desigualdades e a promoção da qualidade de vida para todos e todas.

É preciso colocar a política industrial nesse mesmo diapasão, voltada para a promoção de políticas de desenvolvimento regional onde a transformação produtiva deve estar atrelada ao desenvolvimento social como forma de resolver problemas concretos, com alguns eixos prioritários, tais como: o complexo industrial da saúde (cadeia produtiva do SUS), a indústria de base química e mecânica; o eixo do saneamento que possui fortes encadeamentos com materiais elétricos, química e serviços de informação, de maneira a propiciar novos empregos e sustentabilidade ambiental.

E construir uma agenda que deve dar ao trabalho novo significado social, político, econômico e ambiental.

Periferias: espaços de resistência e inovação

Assim, a integração entre

trabalho, meio ambiente e periferias exige a valorização desses territórios como centros de produção de conhecimento e prática. Experiências de hortas comunitárias, reciclagem, cooperativas de catadores, economia criativa e movimentos culturais periféricos mostram que é possível articular geração de renda com preservação ambiental e inclusão social.

As periferias são espaços de potência. Diversas iniciativas locais têm mostrado como comunidades periféricas podem ser protagonistas em soluções inovadoras, seja na economia solidária, na produção cultural ou em projetos de sustentabilidade ambiental.

Por isso, ao falar de futuro do trabalho, temos de levar em consideração essa dimensão ambiental e as desigualdades territoriais. As periferias, ao mesmo tempo em que sofrem os efeitos da precarização e exclusão, também apontam caminhos e formas mais justas e sustentáveis de viver e trabalhar.

Construir esse mundo do trabalho que respeita o meio ambiente e inclui as periferias é, portanto, um desafio civilizatório. Isso implica políticas públicas de formação profissional, incentivo à economia verde e solidária, garantia de direitos e investimento em tecnologias sociais que fortaleçam o protagonismo dos territórios periféricos.

É nas ruas da periferia que o futuro do país está sendo disputado. E voltar às bases hoje significa reerguer comunidades e plantar sementes de oportunidades de transformação. É esse o nosso desafio: renovar a esperança com o aceno que vimos nas mobilizações de rua nos últimos dias e ampliar esse sopro de democracia para fortalecer laços e ações concretas nas periferias. ■

Impacto de más condições de trabalho sobre a saúde mental é principal motivo de afastamento

ROSE SILVA



FOTO: DIVULGAÇÃO

Para o sociólogo e vice-presidente da Associação Brasileira de Saúde Mental Leonardo Pinho, criar empregos com direitos sociais e previdenciários é um dos principais desafios do novo mundo do trabalho, onde nos setores de tecnologia de ponta a contratação ainda se dá em modelos de superexploração anteriores à década de 1940.

Pinho afirma que o impacto das péssimas condições de trabalho são hoje, no Brasil, o principal motivo de afastamento. Nesta entrevista,

fala sobre a importância da regulamentação da Lei Paul Singer para que a economia solidária ganhe centralidade no projeto de desenvolvimento nacional.

E defende a reindustrialização verde, com tecnologias de baixo impacto, para criar novos postos de trabalho que preservem o meio ambiente.

Quais são os principais desafios do mundo do trabalho hoje, com inovações tecnológicas, robotização e a inteligência artificial eliminando postos de trabalho?

O primeiro deles é que temos, em vários setores tecnologia de ponta, contratos de trabalho pré-CLT, com modelos de contratação sem direitos, sem nenhuma condição. Basta ver o fenômeno que tem sido chamado de uberização. Então, o primeiro e grande desafio é como colocar os contratos de trabalho de acordo com as novas dinâmicas do mundo do trabalho. Precisa haver um processo de reorganização capaz de trazer segurança e perspectiva de vida para a classe tra-

balhadora. Esse elemento é tão importante que, derivando desse primeiro, o segundo desafio é enfrentar os impactos do trabalho na saúde mental dos trabalhadores, hoje o maior indicador de afastamento no Brasil. Basta ver que o movimento sindical conseguiu uma conquista importante, a Norma Regulamentadora 01, obrigatória a partir de maio do ano que vem, que coloca no plano de gerenciamento das empresas a obrigatoriedade de medidas preventivas de promoção de saúde mental. Isso mostra como a desregulamentação tem afetado

as condições de vida e até de reprodução da classe trabalhadora brasileira.

Implementar essa norma com indicadores nos planos de gerenciamento e melhora das condições de trabalho, segurança, organização da vida e estabilidade é um grande desafio. O terceiro é criar medidas que garantam uma renda básica de cidadania para o conjunto dos trabalhadores afetados pela implantação novas tecnologias.

O trabalho por conta própria no Brasil cresceu muito nos últimos anos, o que, de certa forma, dificulta a regulamentação do

trabalho. O senhor vê alguma perspectiva para solucionar esse impasse?

O processo para ampliar a desregulamentação trabalhista e ao mesmo tempo colocar novas tecnologias de ponta criou uma situação interessante no país. O Brasil, que já era conhecido em sua estrutura por ter uma grande informalidade na economia, tem hoje praticamente a metade da sua força de trabalho em situações de ausência de contrato ou regulamentação e que opera na informalidade total. Isso significa, objetivamente, que essas pessoas não têm acesso aos direitos



FOTO: REPRODUÇÃO

previdenciários e outros direitos sociais. Para mudar essa situação, é necessário trazer os setores informais para a economia formal. Uma importante medida foi a criação dos chamados microempreendedores individuais, no entanto, é uma resposta muito pontual às pessoas que empreendem sozinhas. Muitos empreendimentos econômicos nas periferias, comunidades e no campo que são arranjos produtivos de atividades coletivas. Além de fortalecer o Programa Nacional de Apoio ao Cooperativismo (Pronacop), é necessário tomar iniciativas de formalização do Pronacop Social, voltado à população mais vulnerabilizada, usuários do programa de saúde mental, pessoas com deficiência e egressos do sistema prisional. Seria também necessário fortalecer o MEI, trazendo a possibilidade de mais processos de qualificação profissional e ampliação dos direitos associados para a sua proteção social.

A economia solidária em grande escala pode ser uma forma de oferecer mais direitos a quem trabalha por conta própria?

Com certeza, inclusive uma luta histórica de todos os grupos do movimento de economia solidária e do associativismo foi a Lei Paul Singer, aprovada e sancionada pela Presidência da República, depois de décadas de tramitação no Congresso Nacional, que está na etapa de regulamentação. É uma lei que coloca a economia solidária como política de Estado, e este é um momento chave, pois na regulamentação serão estabelecidos os instrumentos de implementação da lei. Tenho defendido que a economia solidária ganhe centralidade no projeto de desenvolvimento nacional, e com a regulamentação da lei Paul Singer temos a oportunidade de fazer isso. Precisamos que a política de economia solidária seja uma diretriz para o conjunto dos ministérios que traba-

ham na área de direitos humanos, direitos sociais e principalmente na política econômica nacional. Pois assim será possível constituir uma política de indução de empreendimentos econômicos solidários, por modelos associativos e cooperativos, nas periferias, comunidades e zonas rurais. Na verdade, uma política de fomento que combine qualificação profissional e inclusão por meio das universidades e polos tecnológicos, com tecnologias sociais aplicadas, uma política de crédito robusta e principalmente uma política de formação e regulamentação desses empreendimentos.

Vivemos em uma sociedade que se baseia na ampliação do consumo para fazer inclusão social. Mas o mundo do trabalho também precisa se adaptar aos desafios ambientais. O senhor vê uma perspectiva de criar uma sociedade em que a inclusão não seja baseada na ampliação do consumo?

É fundamental essa discussão sobre a mu-

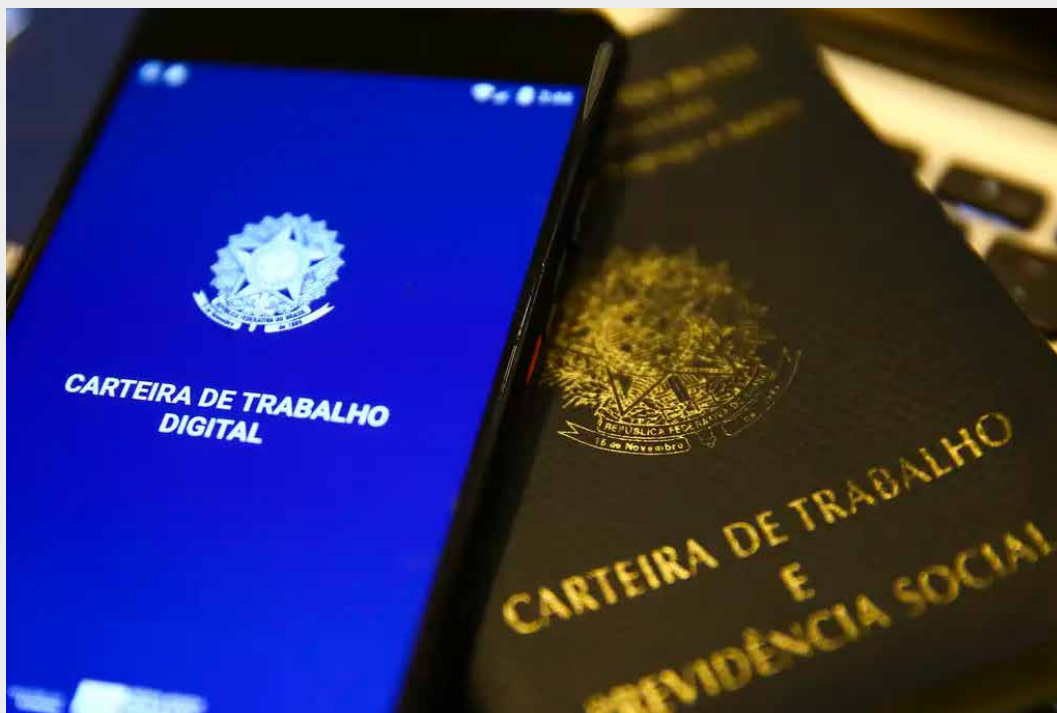


FOTO: MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

dança da centralidade do desenvolvimento nacional. Não só temos uma economia baseada na ideia de quanto mais consumo mais crescimento, mas também, na área rural brasileira temos um forte investimento e uma indução para produção de commodities, uma produção primária para exportação. Reproduzimos o modelo econômico que vem desde a época do Brasil colônia. Precisamos diversificar e, principalmente, trazer

a agregação de tecnologias com baixo impacto ambiental para mudar de um padrão que baseia, na área rural, na produção de commodities. Isso seria possível trazendo tecnologias leves para a produção de alimentos e agroindústria, que também possam gerar mais postos de trabalho na área rural. E, nas áreas urbanas, é preciso reorganizar os modelos de desenvolvimento das cidades, dominadas por grandes áreas voltadas

à especulação imobiliária, e não para criação de locais, por exemplo, de praças e parques que possam melhorar a qualidade de vida. Um terceiro elemento muito importante é trazer novos polos industriais, apostar em um grande processo de reindustrialização no Brasil baseado em indústrias com baixo impacto na produção de carbono, uma reindustrialização verde. ■

GAMP é pioneiro na defesa dos direitos das mulheres em Pelotas

POR ROSE SILVA



FOTO: REDES SOCIAIS

O Grupo Autônomo de Mulheres de Pelotas teve origem em 1992 e se tornou a principal e mais atuante organização feminista local.

Criado a partir da necessidade de um movimento autônomo que ampliasse a visibilidade das demandas das mulheres de Pelotas (RS), consolidou-se como uma referência na luta por direitos e contra todas as formas de violência de gênero. Desde sua fundação, tem sido um espaço de acolhimento, articulação política e resistência feminista na cidade.

Segundo a coordenadora e cofundadora do grupo, Eva Santos, foi a morte de duas mulheres que levou as feministas a se unirem, em uma época em que nem existiam as leis Maria da Penha e do feminicídio. “Houve um



caso de feminicídio, que na época era chamado de crime contra a mulher, e no mês seguinte um segundo, por isso nos juntamos para denunciar”, lembra. Desde então, o Gamp tem atuado na defesa dos direitos, tanto nas políticas públicas quanto no sistema judiciário, assim como no fortalecimento das mulheres em seus processos de participação política.

Eva afirma que desde os 15 anos observou as diferenças entre homens e mulheres do ponto de vista dos direitos. “Nos últimos anos eu tenho

me dedicado mais a pensar e a contribuir a partir de uma leitura do feminismo, entendendo que a pauta liberal não dá conta das disparidades no Brasil, sempre atuando na área das políticas públicas. E também atuado na comunicação popular, por meio de programas em rádio dedicados a conversar com mulheres, movimentos e organizações, principalmente de mulheres negras”, diz.

Em 2001, a partir de uma reformulação no estatuto, a organização incorporou as lutas anti-LGBT fóbicas e as

pautas antirracista e anti-capacitista.

Desde o início, o grupo segue acompanhamento julgamentos nos casos de assassinatos de mulheres, atuou na criação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, faz processos formativos na cidade em parceria com as universidades e contribui na formulação e avaliação de políticas públicas. Tem ainda uma participação nos observatórios de segurança pública, além de promover seminários sobre a Lei Maria da Penha. ■

Tecnologia social nas periferias pode alavancar transição ecológica

POR ROSE SILVA

RODA DE CONVERSA

TRANSIÇÃO ECOLÓGICA, TRABALHO, MEIO AMBIENTE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS PERIFÉRIAS

18 DE AGOSTO 18H30

CONVIDADOS/AS:

 ESTHER BEMERGUY	 CARINA VITRAL	 ADALBERTO MALUF	 FABIOLA ANTEZANA
 GILBERTO CERVINSKI	 GUILHERME SIMÕES	 MARCELO RIBEIRO	 BRENNO ALMEIDA

TRANSMISSÃO VIA ZOOM

FUNDAÇÃO Perseu Abramo
Facilita sua Transição

RECONEXÃO PERIFÉRIAS

Roda de conversa online reuniu integrantes do governo federal, sociedade civil e técnicos para debater conceitos, práticas e políticas públicas para o a vida sustentável

A Reconexão Periféricas, da Fundação Perseu Abramo, realizou em 18 de agosto a roda de conversa “Transição

Ecológica, trabalho, meio ambiente e participação social nas periferias”, que reuniu integrantes do governo federal, organi-

zações da sociedade civil e técnicos com o objetivo de debater conceitos, práticas e políticas públicas em torno desses temas para posicionar a atuação dos dirigentes petistas. O resultado do debate será publicado em um caderno que dará subsídios para o desenvolvimento de ações e políticas voltadas à periferias.

Na abertura, o vice-presidente da Fundação Perseu Abramo, Brenno Almeida, lembrou que quando o presidente Lula ofereceu a candidatura do Brasil para sediar a COP 30 foi justamente no sentido de trazer esse debate e provocar uma reflexão sobre as características e a autoridade que o Brasil tem para falar em transição ecológica, por seus recursos, pelo acúmulo social e político e por ter sido o partido de Chico Mendes. “Tudo isso nos credencia a ter esse olhar da participação social nas

periferias, na perspectiva da transição ecológica, E dialoga muito com a necessidade de radicalizarmos, levarmos até as bases essa reflexão sobre o que essa mudança quer dizer na prática”, afirmou.

Também participaram pela FPA o coordenador da Reconexão Periferias, Paulo Ramos, o consultor responsável pela área, Artur Henrique Silva Santos, a responsável pelo eixo trabalho Darlene Testa, e os consultores Victoria Lutosa Braga, Ruan Bernardo, Bárbara Martins e Danilo Morais.

Para estimular as reflexões, foram convidados o secretário Nacional de Ambiente Urbano e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente Adalberto Maluf, a engenheira agrícola e vice-presidenta para Energia da Confederação Nacional dos Urbanitários da CUT, Fabiola Antezana, o agrônomo, integrante da Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens, Gilberto Cervinsk, o Secretário

Nacional Periferias do Ministério das Cidades, Guilherme Simões, e o gerente de Projetos Estratégicos da Fundação Tide Setúbal e gestor do Galpão ZL — Rede de Inovação, Transformação e Empreendedorismo Marcelo Ribeiro.

Desigualdades - O secretário Nacional de Periferias, Guilherme Simões, falou sobre a necessidade de conectar as agendas sobre a crise climática e o combate às desigualdades. E mencionou o relatório Painel do Clima da ONU, segundo o qual os moradores de regiões vulneráveis morrem quinze vezes mais por enchentes, tempestades e secas em relação a regiões com boa infraestrutura.

“Na periferia de São Paulo, há ilhas de calor com algo em torno de dez graus centígrados, em média, a mais do que os bairros do centro ou centro expandido de São Paulo. É preciso pensar qual a relação entre a ausência e a precariedade de infraestrutura urbana,

por exemplo, e a exposição aos efeitos das mudanças climáticas. E isso precisa ser aprofundado, inclusive institucionalmente, para o desenvolvimento as políticas públicas”, afirmou.

Outro ponto fundamental apontado Por Simões é a identificação da potencialidade desses territórios para construir respostas às vulnerabilidades. “A ausência, ineficiência e as contradições da atuação do Estado nas periferias ajudaram também a construir o que a gente chama de economia da sobrevivência. As pessoas se organizam e dão respostas pontuais, paliativas, mas às vezes bastante estruturantes. Eu costumo falar muito do exemplo das cozinhas solidárias, que me parece algo que já chegou pronto ao governo do presidente Lula virar política pública”, pontuou.

Transversalidade - De acordo com Maluf, o meio ambiente é a agenda mais transversal do governo Lula. “São vinte e nove ministérios com



departamentos de meio ambiente, sustentabilidade e clima. Isso é muito bom, porque a gente vê a política pública sendo executada lá na ponta”, afirmou.

Ele disse que o MMA está focado em políticas públicas com base em evidências e dados. “Finalizamos uma plataforma de indicadores de saúde ambiental com quarenta e quatro indicadores que impactam, em especial, a primeira infância e adolescentes, com recorte territorial, para saber onde a política pública deve ser focada. Hoje, por exemplo, a nossa secretaria, que é meio ambiente urbano, recursos hídricos e quali-

dade ambiental é uma das que mais entregam ações e planos. E isso tem a ver com a priorização da qualidade de vida das pessoas, pois 85% dos brasileiros moram nas cidades”.

Transição energética - Fabiola Antezana destacou que como trabalhadora do setor elétrico vive até hoje os impactos socioambientais dos grandes empreendimentos hidrelétricos feitos nas décadas de 1950 a 1970. Segundo ela, o que se esperava do processo de transição energética com subsídios para que as eólicas e as solares se instalem é que fosse possível minimizar alguns dos erros históricos cometidos

sessenta anos atrás, mas não é bem o que se tem observado.

“O conceito de transição surge dentro de um contexto de trazer políticas equitativas na questão energética, com diminuição da pobreza energética e uma participação pública significativa dos movimentos sociais. Temos uma crítica muito grande à velocidade com que o Brasil se colocou como sendo uma grande fronteira energética para receber tantos empreendimentos de energias renováveis, quando a gente considera que a matriz brasileira já era bastante renovável. Esses grandes empreendimentos não

estão sendo feitos na periferia das grandes cidades, mas sim nos estados de menor IDH, no Nordeste e no Norte do Brasil. E o que se percebe é que já trazem impactos de desertificação, desmatamento, grilagem de terra e uma flexibilização do licenciamento a partir de um processo de burla à legislação brasileira”, criticou.

Para Gilberto Cervinski, o ponto de partida é o modo de produção capitalista. “Isso que nós estamos vivendo no clima é resultado do modo capitalista de produção, e não há como reverter essa situação se não mudar o modo de produção destrutivo. Há uma tendência crescente do consumo de combustíveis fósseis e emissão de gases de efeito estufa, e os cientistas e que estão preocupados com essa situação planejam reverter essa curva a partir dos próximos anos. Mas o modo capitalista busca a obsolescência programada, ele reduz o tempo de utilidade das mercadorias. Isso, de maneira geral, acelera o processo de destruição e e

consumo de energia, cria crises também. Às vezes, uma máquina estraga por uma peça, mas poderia ser utilizada. Só que isso tudo vira lixo, precisa ser destruído e mais consumido, mais minério, mais energia, mais uma série de coisas. E se mudar isso o capitalismo entra em colapso. Essa é a questão”, pontuou.

Participação – O gerente de Projetos Estratégicos da Fundação Tide Setúbal e gestor do Galpão ZL — Rede de Inovação, Transformação e Empreendedorismo Marcelo Ribeiro citou o exemplo do Jardim Lapenna, situado no extremo leste de São Paulo, em São Miguel Paulista, um bairro ilhado com aproximadamente quinze mil habitantes, onde há experiências concretas de participação que vão além da mobilização pontual.

“Lá tem plano de bairro, colegiado, nove grupos temáticos de trabalho sobre imigrantes, economia solidária, meio ambiente, infraestrutura, reurbanização, esporte e

lazer, infância, juventude, mobilidade. E já estão dialogando para ter no ano que vem o tema Lgbtqia+. E ainda tem ali os comitês de cultura, com 36 artistas que fazem sua própria produção. Eles criaram uma mostra que chama Cria na Vila, com uma série de programações dentro do território”, relata.

Durante a pandemia de Covid-19, surgiu no local um grupo de guardiãs do território formado por duzentas mulheres que fazem trabalho de acolhimento e hoje acolhem vítimas da violência de gênero, além de manter projetos fomentados com a pauta ambiental.

Sobre a crise climática, Ribeiro defende que a diversidade urbana, ribeirinha, quilombola e indígenas deva estar no centro do debate. “Afinal, esses grupos não são apenas vítimas, eles têm produzido soluções comunitárias de mitigação e adaptação que podem ser inseridas em políticas públicas”, diz. ■

Pesquisa destaca desafios do associativismo de periferias brasileiras

DANILO DE SOUZA MORAIS, PAULO CÉSAR RAMOS E RUAN BERNARDO DE BRITO



FOTO: SÉRGIO SILVA

As periferias brasileiras, em seus contextos plurais, são palco de intensa imaginação e ação político-culturais. Nesses espaços, a agência coletiva enfrenta obstáculos que, muitas vezes, resultam em reconfigurações, pausas ou até mesmo no encerramento de organizações que nasceram para transformar seus territórios.

É justamente esse fenômeno que foi debatido em evento realizado em 30 de setembro, a partir da pesquisa [Continuidades e descon continuidades do associativismo periférico: o que a Fundação Perseu Abramo tem a dizer](#).

Realizado pela Reconexão Periferias, área da Fundação Perseu Abramo, o [estudo](#) foi elaborado por Victoria Lustosa Braga, Ruan Bernardo de Brito e Paulo César Ramos, que apresentaram na ocasião uma síntese dos achados

da pesquisa, contando com as contribuições da debatedora convidada Ana Claudia Chaves Teixeira – professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Unicamp e pesquisadora do INCT

Participa –, bem como de organizações de periferias convidadas para o evento.

Os dados e a análise da pesquisa, bem como as contribuições do debate, reforçam a interpretação de que o associativismo periférico é marcado por resiliência, mas também por fragilidades que precisam ser compreendidas e enfrentadas, quando partimos da premissa de que essas formas de associativismo trazem contribuições indispensáveis à construção democrática nacional.

Desde 2018, a FPA, com a Reconexão Periferias, realiza o Mapeamento de Movimentos Sociais e Coletivos das Periferias Brasileiras, que mapeou até o momento 1100 organizações em todo o país. O levantamento se concentra em três eixos centrais - Cultura, Trabalho e Violência – e, ao longo dos anos, tem oferecido um retrato valioso sobre a força e diversidade do associativismo popular e periférico. Nesta pesquisa, que constitui o 2º informe relaciona-

do ao eixo Cultura, a atenção se volta para um tema delicado: os casos em que essas organizações deixaram de existir.

De acordo com a atualização do mapeamento feita entre o fim de 2024 e o início de 2025, 90 entidades encerraram suas atividades - o equivalente a 9% do total de mapeadas até então. A autora e os autores do trabalho analisaram dados quantitativos (disponíveis no Painel de Dados, que é parte dos produtos do Mapeamento de Movimentos Sociais e Coletivos das Periferias Brasileiras), e conduziram entrevistas com representantes de 13 dessas organizações. O resultado traz à tona os desafios cotidianos enfrentados por tais atores: da falta de recursos e apoio institucional às dificuldades de formalização e de manutenção de redes de colaboração mútua.

A pesquisa ainda mostra que a descontinuidade não é sempre definitiva. Há casos em que entidades consideradas extintas

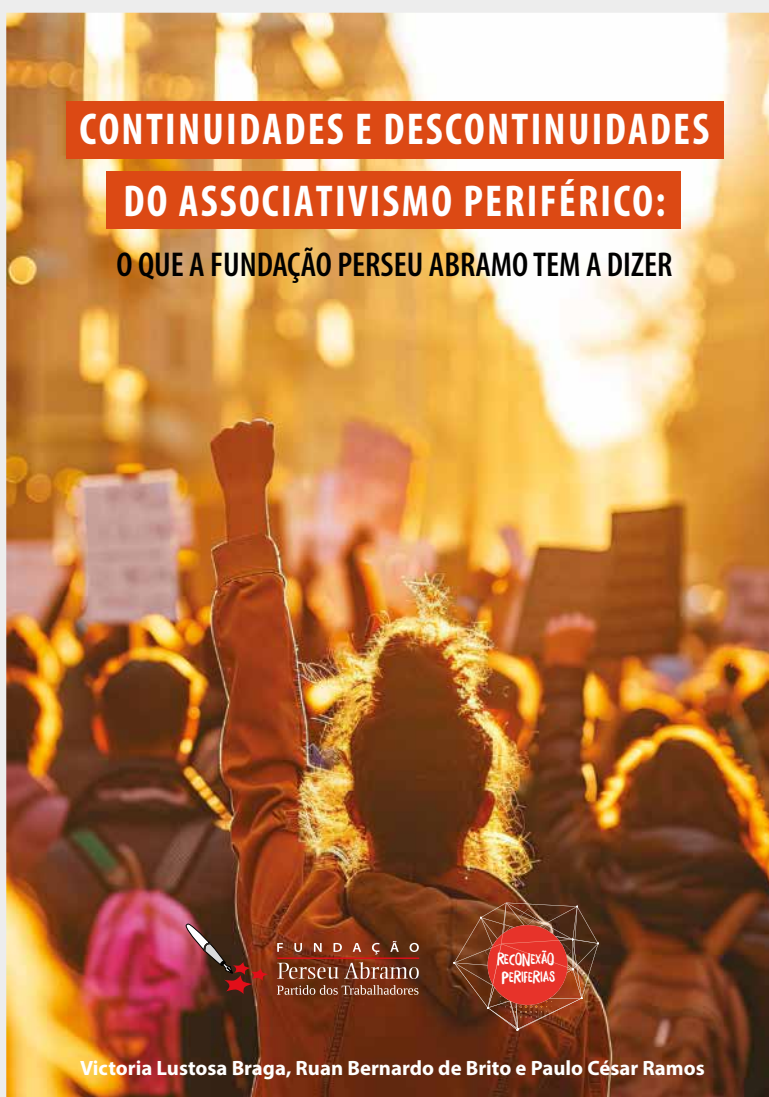
apresentam, nas entrevistas, sinais de tentativa de retomada de suas atividades. Em outras situações as demandas de um coletivo, que deixa de se aglutinar em certa organização, são incorporadas por uma organização próxima e, portanto, são expressas e mobilizadas, mesmo que por outras formas de associativismo.

Parte significativa dos coletivos que interromperam atividades no período estudado tinha nas mobilizações artísticas e culturais suas principais ações, além de trabalhar com um público de adolescentes e jovens e/ou ser protagonizada por jovens. No debate ocorrido em fins de setembro para dialogar sobre esses dados, momento em que lideranças de organizações de periferias trouxeram suas contribuições e comentários sobre a pesquisa, destacaram-se relatos sobre a dificuldade de lidar com os ritos burocráticos, necessários para buscar recursos (públicos e privados), para potencializar as atividades já realizadas por seus coletivos.

A pesquisa e o debate promovido na FPA salientaram que, embora existam muitos estudos sobre formas de ação coletiva nos contextos periféricos, ainda é preciso adensar muito o conhecimento sobre os fatores que determinam a continuidade, as interrupções ou a reconfiguração dessas iniciativas

em tais contextos associativos. O 2º informe da Reconexão Periferias busca justamente contribuir em tal direção e oferecer subsídios para fortalecer organizações que atuam nas periferias do Brasil. Afinal, compreender os desafios que levam à descontinuidade é também abrir caminhos para que novas formas de

atuação coletiva possam florescer, essencial a essas entidades, dado que entre a maioria dessas organizações a busca em efetivar direitos fundamentais - como a alimentação, cultura, moradia, uma vida segura - urge, bem como justifica sua criação e atuação nos territórios.■



CIDA ARIPÓRIA

Seu trabalho musical está ligado a sua ancestralidade indígena e ao contexto urbano periférico em que vive.

Manauara, originária do povo kokama e periférica, Cida Aripória é ativista feminista e socioambiental. Primeira rapper indígena do Amazonas, produtora cultural e audiovisual, vive a cultura Hip-Hop há 22 anos, coordena o coletivo OcupaMinart AM, é membra fundadora da Frente Nacional de Mulheres no Hip-Hop e também do Fórum Nacional de elaboração de políticas públicas para as mulheres do Hip-Hop, do Ministério das Mulheres. Sua atuação busca promover a dignidade das mulheres, da periferia e dos povos indígenas.

As referências musicais da artista são Sharylaine, Lunna Rabeti, Rubia RPW e Dina Di (in memoriam), que muito a inspiraram desde o início da sua trajetória, assim como outros nomes manauaras e dos demais estados da região Norte ligados ao rap da Amazônia.

Seu trabalho musical está ligado a sua ancestralidade indígena e ao contexto urbano periférico em que vive. A artista traz isso em forma de rimas em seu Ep intitulado “Originária”, lançado em novembro 2022.



FOTOS: DIVULGAÇÃO

OPORTUNIDADES OUTUBRO/NOVEMBRO

Edital	Foco	Prazo	Link
Edital de intercâmbio cultural Minc nº 1, de 5 de outubro de 2023	Constitui objeto deste Edital a concessão de recursos financeiros com vistas a indenizar despesas de deslocamento, permanência e participação de agentes culturais, para apresentação de trabalho próprio, em eventos, festivais, feiras de negócios e outras atividades culturais, no Brasil e no exterior, que promovam o intercâmbio e a difusão de temas e expressões transversais que – por sua sazonalidade, peculiaridade, transversalidade ou ineditismo, não possuam locus institucional claramente definido no âmbito do Ministério da Cultura.	Até 31 de dezembro de 2026	https://mapas.cultura.gov.br/oportunidade/2059/
Programa Marielle Franco - Apoio Individual	O Programa de Aceleração do Desenvolvimento de Lideranças Femininas Negras: Marielle Franco – Edital de Apoio Individual chega a sua segunda edição, e é uma oportunidade de apoio técnico e financeiro para mulheres negras cis, trans ou travestis que, em diferentes áreas e setores, buscam influenciar e modificar políticas governamentais e não governamentais; construir novas normas, práticas sociais e culturas institucionais de enfrentamento ao racismo e promoção da equidade racial e de gênero. Por meio deste edital, buscamos contribuir para o fortalecimento de suas competências e habilidades de liderança.	Até 14 de Outubro de 2025	https://baoba.org.br/home/programa-marielle-franco-apoio-individual/

OPORTUNIDADES OUTUBRO/NOVEMBRO

Edital de Apoio à produção de telefilme ou longa-metragem de baixo orçamento	O presente Edital tem por finalidade apoiar financeiramente projetos realizados por proponentes Produtoras Brasileiras Independentes, com registro regular na ANCINE (Agência Nacional do Cinema), e comprovação de sede há, no mínimo 02 (dois) anos no Estado de São Paulo, que tenham por objeto a produção de telefilme ou longa-metragem de baixo orçamento.	Até 20 de Outubro de 2025	https://www.cultura.sp.gov.br/sec_cultura/Arquivo_de_Editais/Editais_Fomento_Cultsp/Fomento_Cultsp_2025/apoio_a_producao_de_telefilme_ou_longa_metragem_de_baixo_orcamento/
Edital Fomento CULTSP	1 O presente Edital tem por finalidade apoiar financeiramente projetos realizados por proponentes Distribuidoras Nacionais, com registro regular na ANCINE (Agência Nacional do Cinema), e comprovação de sede há, no mínimo, 02 (dois) anos no Estado de São Paulo, que tenham por objeto a distribuição de uma obra audiovisual nacional finalizada e/ou em fase de finalização (considerando o último corte destinado à distribuição), desde que estejam aptas para a execução do projeto no período determinado por este chamamento.	Até 20 de Outubro de 2025	https://www.cultura.sp.gov.br/sec_cultura/Arquivo_de_Editais/Editais_Fomento_Cultsp/Fomento_Cultsp_2025/apoio_a_producao_audiovisual_brasileira_distribuicao_de_obra_audiovisual_nacional/
4º Prêmio Nacional de Turismo - Economia Criativa e produção associada ao turismo	O Prêmio Nacional do Turismo 2025 é um tributo às iniciativas inovadoras, à excelência na gestão e ao impacto positivo que prestadores de serviços turísticos e profissionais comprometidos exercem no setor do turismo. O presente edital de Iniciativas de Destaque no Turismo visa reconhecer e premiar iniciativas que impactaram positivamente e contribuíram com o turismo brasileiro nos últimos 24 meses, implementadas por entes públicos, privados, e/ou do terceiro setor.	Até 14 de Outubro de 2025	https://prosas.com.br/editais/16142

OPORTUNIDADES OUTUBRO/NOVEMBRO

Programa de Incentivo ao Esporte (PIE)	Fomentar projetos de eventos esportivos realizados no Estado de Santa Catarina, com a finalidade de promover a prática esportiva, qualificar profissionais da área, ampliar o acesso da população ao esporte e contribuir para o desenvolvimento do setor em diferentes níveis.	Até 20 de Outubro de 2025	https://prosas.com.br/editais/15984
Edital SMCT Nº17/2025 - Concessão de auxílio financeiro aos blocos de rua	Constitui objeto do presente edital o chamamento público de propostas para Blocos de Rua para realização das celebrações do Carnaval de Rua de Uberlândia no ano de 2026, entre os dias 29 de janeiro e 2 de março de 2026.	Até 31 de Outubro de 2025	https://prosas.com.br/editais/16327
Edital 002/2024 de cadastro de projetos de lei federal de incentivo à cultura	Este Edital possui como objetivo o cadastro de Projetos Culturais aprovados pela Lei Federal nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991 Lei de Incentivo à Cultura nas modalidades preconizadas no Art. 18, da referida lei, para destinação de incentivos fiscais, por me	Até 30 de Outubro de 2025	https://prosas.com.br/editais/15180
Sua iniciativa quer abrir um CNPJ?	A formalização de iniciativas que já estão atuando e transformando realidades nas periferias é um caminho para acessar recursos e estrutura para ampliar o trabalho. Para iniciativas, abrir um CNPJ significa virar uma OSC. Se você é integrante de uma iniciativa periférica e tem interesse em saber, entre em contato!	Inscrições contínuas.	https://prosas.com.br/editais/14475

OPORTUNIDADES OUTUBRO/NOVEMBRO

Banco de Projetos Socioambientais	O Instituto EDP é o órgão gestor dos investimentos sociais do Grupo EDP no Brasil, atuando como uma plataforma de relacionamento que contribui para a inclusão social, qualidade de vida e bem-estar das comunidades onde a EDP atua. Dessa forma, criamos este presente canal de captação contínua para projetos sociais cujo propósito seja o desenvolvimento social, cultural e ambiental da comunidade(s) que atuam.	Inscrições Continua	https://prosas.com.br/
-----------------------------------	--	---------------------	---



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



WWW.FPABRAMO.ORG.BR